



Jaguaribe: presidencialismo levará a nova ditadura

Jaguaribe faz defesa da mudança do regime

BRASÍLIA — O cientista político Hélio Jaguaribe previu que se a Constituição, "por algum equívoco", não aprovar o parlamentarismo, em pouco tempo o Brasil voltará a viver sob ditadura. Disse que a democracia não resistirá à permanência do presidencialismo, "porque este sistema é incapaz de administrar os conflitos brasileiros".

A convite do senador José Richa (PMDB-PR), Jaguaribe reuniu-se com um grupo de parlamentaristas na Câmara dos Deputados. Defendeu a adoção do governo de gabinete logo após a promulgação da nova Constituição — "no Brasil, quanto mais longínqua for a aplicação da norma, maior risco ela corre de não ser cumprida" —, mas propôs que o direito dos eleitores manifestarem-se em plebiscito só seja concedido dez anos após a implantação do parlamentarismo.

Brizola — Mesmo sem citar o nome do ex-governador Leonel Brizola, notório presidencialista, foi a ele que dirigiu o ataque mais duro. Ao responder ao deputado Vitor Faccioni (PDS-RS) se o parlamentarismo cassa o direito ao voto (argumento sempre utilizado por Brizola), disse: "Quem pensa assim tem uma perspectiva caudilhesca, porque o parlamentarismo permite ao povo que fiscalize o Executivo, mas o impede de escolher um caudilho".

Jaguaribe é contra a extensão do parlamentarismo aos municípios — "porque a metade deles ainda está em estágio semi-bárbaro e precisa de uma administração centralizada" — mas apoiou a proposta de tornar a adoção do sistema facultativa para os estados. "Se alguns

deles, como o Rio Grande do Sul, optarem pelo parlamentarismo, será bom para o sistema federativo."

Advertiu, entretanto, que o fisiologismo será uma ameaça à sobrevivência do parlamentarismo. "Temos de ter um grande gabinete, com um diálogo permanente com o poder político mas separado da estrutura administrativa, que deve ser formada por quadros exclusivamente profissionais, escolhidos por concurso."

Povo não entende — Jaguaribe disse que outro risco para o parlamentarismo é a convocação de plebiscito num prazo menor que dez anos após a implantação. "É preciso que a população experimente o parlamentarismo e o entenda. Senão fatalmente optará pela volta do presidencialismo, como aconteceu em 61, porque é o sistema que conhece", disse Jaguaribe.

O deputado Artur da Távola (PMDB-RJ) pediu que explicasse por que grupos tão diferentes como empresários e partidos de esquerda, como o PT e o PDT, se unem em torno do presidencialismo. "Porque é mais fácil chantagear um presidente do que chantagear um parlamento, assim como é mais fácil os grandes grupos econômicos ou sindicatos fazerem de um presidente refém", responderam.

Hélio Jaguaribe não acredita que as Forças Armadas oponham resistência à adoção do parlamentarismo, "porque elas estão profundamente identificadas com o regime democrático". Disse que a possível reação militar é apenas um argumento "ilegítimo" usado pelos defensores do presidencialismo.

Simon teme ação de Sarney

PORTO ALEGRE — O governador Pedro Simon disse não ser "recomendável" a implantação do parlamentarismo à revelia do presidente José Sarney, "porque ele poderia boicotar o sistema, uma vez que não aceita a mudança agora". Simon alerta que, assim, "o parlamentarismo estará fadado ao fracasso, sem sequer o povo poder avaliar o que tem de positivo".

Ele acredita que de certa forma podem repetir-se os episódios posteriores à posse de João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, quando foi adotado o regime parlamentarista: "O Jango era contra o parlamentarismo, não escondia isso, e promoveu o plebiscito que reinstalou o presidencialismo, sabendo que o povo ainda não absorvera o novo sistema", lembrou o governador.

Segundo Simon, Sarney lhe manifestou, antontem em Brasília, que aceita o parlamentarismo "desde que houvesse eleições distritais, partidos mais fortes, porque no parlamentarismo tanto o Exe-

cutivo quanto o Legislativo se equivalem em força, e um pode anular o outro". Particularmente, Simon é a favor do parlamentarismo após Sarney concluir cinco anos de mandato.

Numa avaliação do seu primeiro ano de governo, Pedro Simon lamentou que até agora Sarney não tenha visitado o Rio Grande do Sul. "Convites não faltaram, mas ele não veio. Isso, porém, faz parte da democracia, o presidente tem o direito de querer vir ou não". Observou, entretanto, que embora "nunca o Rio Grande do Sul tenha recebido a atenção que merece do governo federal — nem quando os presidentes eram gaúchos — depois que o presidente Sarney assumiu o estado começou a andar para trás".

De acordo com Sarney, apesar de Getúlio Vargas, João Goulart, Garrastazu Médici, Costa e Silva, e Ernesto Geisel serem gaúchos, e João Figueiredo "grande amigo dos riograndenses", o Rio Grande do Sul "não recebeu deles todos juntos o que Minas Gerais ganhou quando Juscelino Kubistcheck foi presidente".